



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria de Patrimônio e Desapropriações



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA  
DA COMARCA DA CAPITAL

VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Referência. Programa Rio Cidade Uruguai

Nº: 11.954

L: 10

Fls: 69

L-235

O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito público interno, CGC nº 42.498.733/0001-48, vem, mui respeitosamente na presença de V. Exª, por seu procurador *in fine*, propor a presente **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO TOTAL** com fulcro no artigo 5º, alíneas "i" e "m", do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, em face de **JOSÉ MARÇALO DE OLIVEIRA**, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 2490640-6 – IFP, inscrito no CPF sob o nº 238.934.517-49, residente à Rua Uruguai nº 303 – Tijuca, pelo que passa a expor e requerer o seguinte.

2. Pelo Decreto "N" nº 22.494 de 18 de dezembro de 2002 (cópia em anexo), foi declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação **total**, os imóveis situados na Rua Uruguai nº 303 - Tijuca, necessário à implantação do Programa Rio Cidade Uruguai.

2003.001.074222-5

2. VARA DE FAZENDA PUBLICA  
COMARCA DA CAPITAL



[ LMY ]

T.J.E.R.J.

2003.001.074222-5 LMY 27/06/2003 15:49  
09-H Liv: 2003/0001 Fls: 281 (SORT.)  
9. OFICIO, 2. VARA DE FAZENDA PUBLI (D106)  
DESAPROPRIACAO

JUIZ :

ESCRIVAO:

AUTOR: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO,

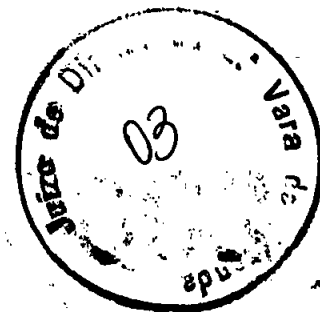
ADV. :

REU: JOSE MARCALO DE OLIVEIRA

ADV. :



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria de Patrimônio e Desapropriações



3. A área que se pretende desapropriar está descrita no laudo de avaliação PGM nº 025/2003, de lavra do Departamento Técnico desta Procuradoria Geral (cópia anexada), realizado no procedimento administrativo nº 06/500.628/2003, sendo assim descrita e caracterizada.

### **1 - DO TERRENO**

#### **1.1) Terreno Total:**

**Frente: 11,96m;**

**Direita: 17,50m;**

**Esquerda: 17,50m;**

**Fundo: 11,96m;**

**Área Total: 209,30m<sup>2</sup>;**

#### **1.2) Observação**

**- Dimensões segundo RGI.**

### **2) DO PRÉDIO**

#### **2.1) Descrição Sumária:**

**- As benfeitorias existentes no imóvel em questão, compreendem uma casa em alvenaria de dois pavimentos, onde funciona um comércio (imobiliária),**



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria de Patrimônio e Desapropriações



**com pavimento térreo de 97,88m<sup>2</sup>, e o 2º pavimento com 79,98m<sup>2</sup>. Área total edificada equivalente é igual a 177,86m<sup>2</sup>.**

4. Consoante dados fornecidos pelo Cartório do 11º Ofício do Registro de Imóveis (cópia acostada da certidão do RGI), o domínio do imóvel objeto da pretensão expropriatória se encontra registrado em nome de JOSÉ MARÇALO DE OLIVEIRA.

5. O expropriante, tendo avaliado o domínio do imóvel em desapropriação pelo procedimento administrativo nº 06/500.628/2003, oferece para indenização do mesmo a quantia de R\$ 352.500,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais), mediante laudo PGM nº 025/2003, ora acostado.

6. Cumpre, ainda, salientar que o imóvel encontra-se gravado com Hipoteca, onde consta como credor SICREDI – COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE RIO BONITO LTDA; além de três Penhoras, registradas sob os nºs 06, 07 e 08, devido débitos fiscais existentes em favor do Município do Rio de Janeiro, sendo a primeira no valor de UFIRs 16.773,5240, a segunda no valor de R\$4.482,68 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos) e a terceira no valor do R\$11.357,52 (onze mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

7. Consta na certidão de situação fiscal imobiliária débitos fiscais referentes aos anos de 1991, 1992 e 1994 a 2000.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria de Patrimônio e Desapropriações



8. Pelo exposto, requer a V. Exª.:

A) Expedição de guia para depósito no Banco do Brasil S/A da importância ofertada como indenização ;

B) Imissão provisória na posse, tendo em vista o depósito, face à urgência da desapropriação;

C) Citação do expropriado para, querendo, responder a presente.

D) A procedência do pedido com a transferência da propriedade do imóvel para o Município do Rio de Janeiro;

E) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial documental e pericial, pelo que desde já indica como Assistente Técnico, Rivadavia Maciael Correa Meyer, Engenheiro, lotado na Travessa do Ouvidor, nº 04, 14º andar, Centro;

F) A fixação de prazo para entrega do laudo pelo perito do juízo, nos termos do art. 421 *caput* CPC, caso indeferida a imissão na posse, conforme requerido no item "B" *supra*.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Procuradoria Geral do Município  
Procuradoria de Patrimônio e Desapropriações

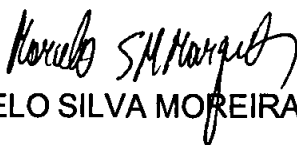


Indica para fins do inciso I do art. 39 do CPC o endereço na Travessa do Ouvidor, nº 04, 21º andar.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 352.500,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2003.



MARCELO SILVA MOREIRA MARQUES  
Procurador do Município - RJ

Fabíola Teixeira Habib  
Estagiária da PGM